

FACULDADE DE LETRAS  
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

# CONIMBRIGA

*VOLUME XXIV*



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1985

BLÁZQUEZ, José Maria; PRESEDO, Francisco; JAVIER LOMAS, Francisco; FERNÁNDEZ NIETO, Javier, *Historia de España Antigua*, tomo I, Proto-história, edições Cátedra, Madrid, 1980.

O primeiro volume da *Historia de España Antigua*, dedicado à Proto-história (o segundo diz respeito à Romanização), é uma obra colectiva de quatro especialistas constituindo actualizada síntese sobre a Idade do Ferro da Península. Praticamente todos os assuntos do último milénio antes de Cristo são explorados, referidos ou simplesmente sugeridos. Contudo, eite seu carácter geral acaba por se perder, já que os vários temas são tratados com critérios diferentes, dando-se maior peso a uns, enquanto outros são vistos muito sumariamente. Com efeito, o equilíbrio não é conseguido. O leitor poderá ficar a saber muito sobre o Sul e o Levante da Península e pouco sobre as outras regiões. Seria aceitável que a zona hoje portuguesa não merecesse tanta atenção, pois trata-se de um trabalho de investigadores espanhóis, mas o desequilíbrio atinge igualmente o Norte e Centro da Península. Dos vinte e um capítulos, só os quatro primeiros (cerca de 1/5 da obra) versam problemas de povos ou áreas não ibéricos, enquanto que o resto do livro se consagra ao tema ibérico ou a temas com ele relacionados (Tartessos, povos, economia, arte e religião ibéricas, fenícios e gregos, etc.).

Os temas não ibéricos são da responsabilidade de JAVIER LOMAS, que começa por nos dar um breve panorama das culturas do Bronze Final e Ferro europeias, abordando, por vezes, com demasiado simplismo, problemas como o do povoamento da 1.<sup>a</sup> Idade do Ferro (p. 19) que se têm revelado bem mais complexos (HARKE, *Settlement types and patterns in the west Halian province*, Oxford, BAR, 1979). Seguidamente, debruça-se sobre as culturas peninsulares dos «Campos de Urnas», chamando a atenção, por várias vezes, para a raridade e escassez do uso do ferro. Quando foca o problema das invasões indo-europeias, manifesta-se partidário dum fluxo contínuo ocorrido na primeira metade do primeiro milénio antes de Cristo.

O segundo capítulo é dedicado às fontes antigas sobre os celtas cujos dados se conjugam com os da linguística (vestígios na toponímia, antroponímia e hidronímia) e epigrafia e que irão servir para, no terceiro capítulo, se tentar elaborar o mapa da distribuição geográfica das populações celtas peninsulares. Reconhece-se a dificuldade em definir fronteiras limitadas e fixas, dada a frequente contradição das fontes escritas, e a real instabilidade, a nível territorial, daqueles povos. Neste campo, como noutros, é imprescindível o contributo da arqueologia. Refira-se o importante testemunho sobre os «Turduli, Veteres» recentemente encontrado (ARMANDO COELHO DA SILVA, *As tesserae hospitales do Castro da Senhora da Saúde no Monte Murado (Pedroso, Vila Nova de Gaia)*, «Gaia», I, 1983.

O autor termina, tecendo algumas considerações sobre as instituições indoeuropeias: o «hospitium», que considera «una de las instituciones hipanoceltas más peculiares y características» (p. 111) e o sistema gentilício.

Os seis capítulos seguintes (V ao X), ilustrados com mapas e figuras, aliás como todos os outros, estão assinados por Francisco PRESEDO. Toda a problemática de Tartessos é assinalada, desde a localização da cidade, a economia e comércio, ao problema da escrita «el rasgo más diñitorio de un estado avanzado de evolución política y social» (p. 138) e do mito do rei Habis, já interpretado por Maluquer (1970) e Caro Baroja (1971). Os povoados e necrópoles atribuídas a Tartessos são também estudados. As fontes escritas, epigráficas ou numismáticas informam-nos, mais uma vez, sobre os nomes dos povos e das cidades, que a arqueologia virá confirmar ou infirmar. Para o período post-tartéssico, Presedo contrapõe a riqueza de informações provenientes das necrópolis, desde sempre preferidas pelos arqueólogos, à penúria de dados recolhidos nos povoados, muitos dos quais a posterior ocupação púnica e romana destruíram.

No que respeita à organização económica, social e política tenta-se definir os vários grupos sociais analisando a escultura, o tipo de arquitectura e espólio funerários, propondo-se a existência duma «nobreza» que controlava a exploração agrícola e mineira, gravitando em redor dos reis ou príncipes, e principal consumidora dos produtos orientais trazidos pelos Fenícios. Além deste grupo social superior, responsável também pela guerra, uma classe média, de homens livres, artesãos, bronzistas, pintores, militares e ainda uma classe mais baixa.

O capítulo décimo versa a arte ibérica. Essencialmente religiosa e funerária, a sua importância resulta, em primeiro lugar, do número considerável de peças conhecidas. A uma arquitectura pobre, cujo expoente máximo é o monumento funerário de Toya, opõe-se uma escultura extremamente rica e diversificada, de grande vulto (em pedra) e pequenas estatuetas (em bronze), humana e zoomórfica, seguida de uma boa colecção de baixos-relevos como, por exemplo, os do Pozo Moro. A cerâmica, ao mesmo tempo geométrica e figurativa, constitui um elemento documental de primeira importância.

J. Maria Blázquez, ao longo de nove capítulos (XI ao XIX), ocupa-se das influências e/ou colonização fenícia e cartaginesa. Apelando constantemente para as fontes literárias é, porém, na arqueologia que encontra as maiores certezas, mormente quando se encontram estações como o povoado indígena fortemente semitizado, do Cabezo de San Pedro, com a brutal potência estratigráfica de cerca de 25 metros.

No capítulo XIV procede-se ao estudo da influência fenícia na arte indígena. Quanto a nós, poderia ter sido perfeitamente tratado, e com vantagem, no capítulo X (arte ibérica), já que há uma grande unidade temática entre ambos.

Na última parte do seu estudo, Blázquez debruça-se sobre a expansão e colonização cartaginesa seguindo, passo a passo, os principais episódios de carácter bélico, directa ou indirectamente relacionados com a Península. A colonização cartaginesa de Ibiza mereceu um capítulo à parte.

A religião fenícia e púnica poderiam muito bem, à semelhança da arte, terem sido incluídas num capítulo geral sobre a religião ibérica.

Esta importante obra sobre a proto-histórica peninsular termina com o estudo que Fernández Nieto faz sobre a colonização grega. Na parte introdutória aborda-se o controverso (?) tema das «colonias» calcolíticas como Los Millares e Vila Nova de São Pedro, e ainda se defende, explicitamente, serem lugares escolhidos e ocupados por «visitantes egeu-orientais» (p. 523-524). Na parte final, reduz as colonias gregas peninsulares a Ampúrias e Rhode, porque Abdera, Hemeroskopeion ou Mainake, não passariam de fundação, fenícias que os Gregos conheciam por aqueles nomes (p. 541, 544). A difusão dos objectos gregos no território da antiga Hispânia seria, assim, da responsabilidade única do comércio fenício e púnico.

Os textos de autores antigos, tão frequentes ao longo das 580 páginas que este livro reuniu, poderiam vir agrupados num apêndice final, facilitando assim a consulta que a falta de um índice ideográfico vem agravar.

A abundante bibliografia poderia, também, ter sido arrumada com maior critério, seguindo, por exemplo, a ordem dos temas versados nos diversos capítulos.

RAQUEL VILÇA

Guadalupe LÓPEZ MONTE AGUDO, *Expansion de los «verracos» y características de su Cultura*, Editorial de la Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 1983.

Só agora publicada, esta obra é a tese de doutoramento defendida pela autora em 1976. Os sete anos que separam a defesa, da publicação, condenam, á partida, a actualidade de que inicialmente se poderia ter revestido. Com efeito, vemos reunidas 212 esculturas zoomorfas (99 touros, 103 berróes e 9 casos duvidosos), 65 das quais se publicam pela primeira vez, número hojeem dia obviamente ultrapassado pelas descobertas entretanto verificadas e das quais destacamos o achado dos quatro berróes de Martiherrero (Ávila).

Obra importante como catálogo dos berróes e recolha bibliográfica, não traz grandes novidades, chegando mesmo, por vezes, a ser duma repetição desnecessária (p. 2 e 24; 24 e 30; 32 e 211; 207 e 213...). Escolhendo uma metodologia que não será a melhor, parte dum único elemento — os «verracos» — para definir uma cultura e não consegue, entretanto, encontrar nenhum contexto histórico-cultural onde os possa enquadrar, nem adscrevê-los a uma qualquer etnia, porquanto nos surgem numa área demasiado vasta — províncias de Ávila, Salamanca, Gáceres, Burgos, Orense, Pontevedra, Segóvia, Zamora, Toledo, Beira Alta, Trás-os-Montes e Douro Litoral — onde, por sinal, as prospecções e escavações sistemáticas estão longe de atingir o número satisfatório.

Estas lacunas levaram G. L. M., como a própria reconhece, a basear o seu trabalho fundamentalmente nas escavações de Las Gogotas, Mesa de Miranda (sem estratigrafia), Sanchorreja e El Berruoco. Chama, no entanto,